



<https://doi.org/10.51880/ho.v25i2.1281>

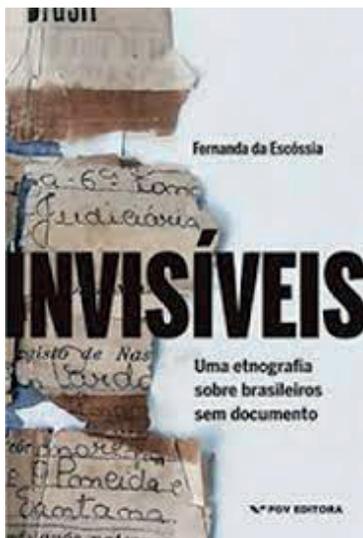


Invisibilidade e direitos: as histórias de pessoas sem documentos

Natália Alves Passafaro*

ORCID iD: 0000-0002-9298-8065

Universidade de São Paulo, Escola de Ciências, Artes e Humanidades, São Paulo, Brasil



ESCÓSSIA, Fernanda da. *Invisíveis: uma etnografia sobre brasileiros sem documento*. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

* Mestranda em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo (USP), com orientação do professor Dr. Ricardo Santhiago. E-mail: natalia.passafaro@usp.br.

Quem somos, afinal, quando não possuímos uma certidão de nascimento? O questionamento perpassa *Invisíveis: uma etnografia sobre brasileiros sem documento*. Recém-lançado, o livro é uma versão editada da tese de doutorado da jornalista, professora universitária e pesquisadora Fernanda da Escóssia, defendida em 2019. A obra, que chegou às livrarias em 2021, analisa como o processo de obtenção da certidão de nascimento traz à tona concepções de direitos e cidadania expressadas pelas pessoas que buscam a Justiça Itinerante no Centro do Rio de Janeiro (RJ).

Com longas passagens por grandes jornais e revistas, Fernanda se interessa há quase duas décadas por um fenômeno que é transversal à miséria, à desestruturação familiar e às desigualdades brasileiras: o sub-registro. É a partir da etnografia que a pesquisadora investiga como os brasileiros adultos buscam o primeiro documento de sua vida e, conseqüentemente, a reafirmação de suas identidades.

Com uma narrativa objetiva e, ao mesmo tempo sensível, Fernanda dá vida aos personagens por meio de suas histórias de vida. Escolhida enquanto método, as histórias de vida permitem o entendimento do passado dos indivíduos, seu cotidiano e experiências sociais. E vai além: nos possibilitam compreender, em algum nível, suas subjetividades o que pensam, fazem ou escolhem (Perazzo, 2015). É considerável a importância das testemunhas orais que neste caso ilustram as sinuosidades da burocracia, da impessoalidade e da constituição da cidadania para a construção da memória coletiva do acesso a direitos e à dignidade no país.

Dividido em quatro capítulos, *Invisíveis* caminha junto aos leitores pelos corredores e papéis da burocracia. Da chegada à Justiça Itinerante no Centro do Rio de Janeiro à implementação do registro, a narrativa não deixa dúvidas sobre processos, fundamentação teórica e relevância do objeto a partir da conversa com pesquisas similares, como a de Javier Ayuero e sua análise sobre a espera por atendimento de pessoas inscritas em programas sociais da prefeitura de Buenos Aires (Argentina). Com ricos detalhamentos e descrições, ganchos bem pensados e depoimentos fortes, sensibiliza os leitores numa leitura que segue fluida entre histórias densas e por vezes violentas.

As narrativas orais são ditadas pela memória e, por isso mesmo, se tornam uma ação contra o esquecimento, como nos ensina Portelli (2016). É aceitável afirmar, então, que a narração é a concepção mediadora entre o tempo vivido e a memória que dele se (des)construiu. É, portanto, campo instigante para reflexões sobre a história e as questões sociais nela impressas. Ao mesmo tempo em que nos dão acesso a experiências que de outra forma não alcançaríamos, essas narrativas nos trazem a possibilidade de formular problemáticas para a compreensão dos sujeitos e sua relação com o tempo, espaço e dilemas sociais.

Cada sujeito, ao narrar sua trajetória de vida, se revela uma testemunha e um artífice da história. Ainda, segundo Perazzo (2015), as narrativas orais, ou histórias de vida, não são menos verdadeiras, nem menos ficcionais do que muitas histórias oficiais, cabe ressaltar. Na busca pelo contar dessas vidas, não se busca verdade – enquanto conceito

inexorável – já que cada sujeito narra a partir do seu olhar, vivências, percepção de si e seu lugar no mundo, mas fragmentos de relevância quase incontestável na construção de uma compreensão maior de um fenômeno ou processo. O valor dessas histórias está justamente nas experiências de integrantes de um determinado grupo social, e no efeito da cultura em que estão inseridos em suas vidas (Martin-Barbero, 2015).

Da invisibilidade ao direito: as trajetórias de quem busca existir nos autos oficiais

Quais os caminhos permitem construir a identidade e recuperar a própria história? O que constitui e efetiva a cidadania e os direitos?

Fruto da observação direta e participante, e das entrevistas com cerca de 80 pessoas, entre usuários, funcionários da Justiça Itinerante, juízes, defensores e promotores, de 250 fotos e cerca de 30 vídeos, o trabalho de Fernanda feito com rigor metodológico detalhado na obra garante que não cairemos nas tramas das memórias e narrativas inventadas pelos personagens: sejam aqueles que buscam novas identidades para apagar a atual ou tensionar os limites da legislação e da Justiça. E se a proximidade da pesquisadora com seu tema poderia facilmente ser uma armadilha, é a reflexão rigorosa da autora que garante os limites da escrita, das histórias e do seu objeto de pesquisa.

A experiência jornalística de Fernanda é uma verdadeira aliada: há um equilíbrio sutil e fundamental entre teorias e os depoimentos que ilustram a busca pela cidadania e direitos. Fernanda traz para a ciência sua escuta atenta e precisa mesclada a um texto forte e embasado, que produz uma obra por vezes acadêmica, por vezes literária.

Diversos e fortes, os relatos estão presentes ao longo de todo o livro e se intercalam entre os personagens principais, membros das famílias, amigos ou juízas e juízes. Como uma colcha de retalhos vamos, aos poucos, mergulhando na vida das pessoas, no cotidiano das burocracias e nas distintas situações que acontecem no ônibus da Praça Onze que, detalhadamente descrito, é mais um ponto de destaque para compreensão e envolvimento dos leitores.

Em um interessante diálogo com os conceitos de margens e burocracia, a pesquisadora aborda os meandros daqueles que buscam dignidade nos balcões e instâncias estatais, e permite compreender as práticas cotidianas, por vezes banais, e as diferentes formas que o Estado assume, entendido aqui como a presença que formata o sentido e organiza as instâncias de poder na sociedade.

Saltam aos olhos, durante todo o livro, as questões de gênero e raça que forjam a sociedade brasileira: as mulheres são as verdadeiras protagonistas na luta frente às contínuas violações de direitos, sejam enquanto requerentes, tutoras, acompanhantes, assistentes sociais e juízas.

E se por vezes repetidas durante o livro, as explicações sobre a implicação da falta de documentos na vida das pessoas dão a dimensão do tamanho da questão para esses sujeitos. Sem acesso a escolas, políticas públicas, empregos formais, esses brasileiros permanecem num ciclo de pobreza e vulnerabilidade.

Do acesso à cidadania à esperança: a trajetória de quem deixa a invisibilidade

“Agora vou viver a vida”, conta Damiana uma das personagens apresentadas no livro. Depois de conseguir sua documentação, ela sintetiza a relevância do trabalho desenvolvido no ônibus da Praça Onze, lugar que é ao mesmo tempo acolhida e ponto de chegada no qual a busca finalmente se encerra. Os relatos obtidos na pesquisa de campo indicam que a falta de documentação é associada pelos indivíduos à sua desconstituição enquanto sujeito, e a chegada do documento como redenção.

É no processo de obtenção da certidão que muitas dessas pessoas reconstruíram a própria história e autoestima, recuperaram laços familiares e se afirmaram enquanto cidadãos de fato. A busca pelo documento transforma a quem busca, diz Escóssia: o ato de receber o registro de nascimento depois de anos sem ter nenhuma identificação legal é ressignificado pelas pessoas que chegam ao ônibus da Praça Onze como algo que abre caminhos para o reconhecimento de si mesmo como sujeito de direitos, para o acesso a políticas públicas e para a reconstituição de trajetórias familiares; mas também a quem permite que esses direitos sejam acessados (juízes, assistentes, tutores). É preciso sensibilidade, atenção e compreensão alargada para apoiar o acesso e a constituição desses direitos.

A pesquisa não se encerra nessa publicação, conta Escóssia. Novas reflexões e discussões sobre políticas públicas para as questões que cercam os adultos sem documentos se fazem relevantes e urgentes. E que bom que podemos contar com o olhar de Fernanda da Escóssia e atenção para esse assunto.

A certidão de nascimento é, no fim, a renovação de um sentimento de esperança depois de tantos anos de direitos negados, diz. “Um caminho que traz esperança, embora seja só um passo no longo caminho da cidadania”.

Referências

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *A comunicação na Educação*. São Paulo: Contexto: 2014.

PERAZZO, Priscila Ferreira. *Narrativas orais de histórias de vida*. Comunicação & Inovação, São Caetano do Sul, v. 16 n. 30, p. 121-131, 2015. Disponível em: <https://seer.uscs.edu.br/index>.

php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/2754. Acesso em: 30 jun. 2022.

PORTELLI, Alessandro. Para além da entrevista: uma autoetnografia da minha prática. *In*: PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 24-44.

Recebido em 12/12/2021

Aprovado em 23/01/2022

Fonte de financiamento: nada a declarar.

Conflito de interesses: nada a declarar.